

# INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 42 - Cruz das Almas (BA) - 09 de Junho de 2016 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

# ASSEMBLEIA APROVA CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL



## ASSEMBLEIA DISCUTE CONJUNTURA POLÍTICA E SEUS IMPACTOS NA UFRB



Reunidos em assembleia nessa quarta-feira (8), os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) discutiram a atual conjuntura política do Brasil e os impactos que tal conjuntura tem provocado na UFRB. Os principais destaques foram a situação de demissões de servidores terceirizados, que incide diretamente na precarização de serviços básicos da universidade, e o governo golpista de Michel Temer, que tem suscitado a possibilidade de uma greve geral no país.

Na verdade, a situação pela qual a UFRB vem passando já havia sido alertada na última greve da categoria docente, que foi às ruas contra os cortes de verbas na educação. E este ano a previsão virou realidade com o anúncio de demissão de mais de 100 servidores terceirizados; uma situação complexa não apenas porque coloca em risco o funcionamento efetivo da universidade, mas também porque coloca trabalhadores na rua num momento tão complicado política e economicamente do país.

Sobre a demissão dos servidores terceirizados, o professor Bruno Durães fez duras críticas à reitoria da UFRB, pois esta não teria feito um debate coletivo sobre a questão. “A forma como o corte foi feito não foi democraticamente. Um método problemático que não chamou a comunidade para a discussão. Temos que parar para pensar em como parar esse processo de cortes”, colocou o professor.

Outra crítica à reitoria partiu do professor David Teixeira, quando colocou que a reitoria disse que alguns terceirizados iriam ser demitidos, mas não disse como a UFRB vai funcionar sem eles. “Temos que pensar, enquanto categoria, como a gente faz para garantir o bom funcionamento da universidade”, completou David.



O professor Aroldo Félix foi categórico ao afirmar que as demissões de terceirizados vão precarizar ainda mais a condição de trabalho docente, que já vem sofrendo com cortes de bolsas, falta de transporte, entre outros. Para o professor, “temos que fazer o papel do sindicato e dizer não aos cortes. A universidade tem que se manifestar contra os cortes, fazer discussões e assembleias nos centros. Ser enfáticos contra o ajuste e os cortes”.

Partindo para uma ampliação do debate, o presidente da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), professor Antonio Eduardo Oliveira, lembrou que a questão da universidade é um reflexo da situação política do país, que vive num clima de instabilidade de um governo golpista. “Temos que pensar em como organizar um processo para reverter o golpe, pois o governo golpista quer sacramentar o impeachment. A alternativa é uma greve geral, uma greve política”, afirmou o presidente da APUR.

Contudo, Antonio Eduardo deixou claro que uma greve geral não se faz com apenas uma categoria, por isso que ela não pode partir dos docentes, mas não há como não discutir essa questão que já vem sendo levantada por outros setores. O professor David salientou que a possibilidade de greve geral surge diante de um governo que não tem responsabilidade com nada, e da ameaça da estrutura do estado brasileiro.

As falas dos docentes ainda colocou a necessidade de se discutir o que é e como deve ser feita essa greve. Ao final, a assembleia deliberou pela construção da greve geral, que deve ser feita a partir de discussões com toda a categoria docente e com o diálogo com as demais categorias e movimentos. A assembleia também chegou à conclusão de que o mote das discussões deve ser “Fora Temer”, mas incluindo aí as pautas da categoria docente. Os presentes ainda aprovaram uma plenária tripartite para debater temas tais como a escola sem partido e os impactos da possível extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.



## APUR PARTICIPA DE DEBATE SOBRE A CONJUNTURA ATUAL E OS PROGRAMAS SOCIAIS



Na tarde dessa quarta-feira (8), a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR), representada pelos professores Antonio Eduardo Oliveira (presidente) e Givanildo Oliveira (secretário), participou do debate “O momento político atual e os impactos sobre os programas sociais”, ocorrido em Santo Antônio de Jesus. O debate foi organizado pela Associação dos Mutuários do Conjunto Residencial Dra. Zilda Arns.



## NOTÍCIA ANDES-SN

# 16 DE JUNHO: GRANDE MARCHA “EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA” MARCA ABERTURA DO II ENE

Docentes, técnicos, estudantes, em unidade com outras categorias e representantes de diversos movimentos sociais, populares e sindicais realizarão no dia 16 de junho, na capital federal, a marcha “Em defesa da Educação Pública”, que marcará a abertura do II Encontro Nacional de Educação, que acontecerá na UnB, de 16 a 18 de junho. A concentração da marcha será às 13h, em frente ao Museu da República.

Além das entidades que compõem o Comitê Nacional “em Defesa 10% do PIB para a Educação Pública, já!” – responsáveis pela organização do II ENE – a marcha contará também com a participação da CSP-Conlutas e do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Os servidores públicos federais, que estão em luta contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e demais ataques aos serviços públicos e servidores, participarão da atividade com pautas específicas. A marcha faz parte do Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública, gratuita, socialmente referenciada, classista e democrática.

O presidente do ANDES-SN ressalta a importância da participação dos docentes na manifestação. “Nós discutimos sobre a marcha, o ato nacional dos SPF e o II ENE na reunião do Setor das Federais, e o ANDES-SN está empenhado em fazer uma grande mobilização. Chamamos as seções sindicais para que enviem todos os esforços para que tanto a manifestação no dia 16 quanto o II ENE sejam um sucesso”, explicou Paulo Rizzo.

### Ato nacional e reunião ampliada dos SPF

O Fonasefe, que reúne entidades nacionais de diversas categorias do serviço público federal, decidiu na última reunião realizada no dia 31 de maio, em Brasília (DF), pela participação na Marcha “Em defesa da Educação Pública”, no dia 16 de junho, integrando a manifestação com um ato público em defesa dos serviços públicos e contra os ataques à classe trabalhadora. O Fonasefe indica às entidades que compõem o Fórum a realização de paralisação e envio de caravanas a Brasília.

De acordo com Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, o dia 16 de junho é uma data importante para aglutinar forças, intensificar a mobilização e dar uma resposta aos constantes ataques à educação, saúde, previdência e os serviços públicos. Tanto a CSP-Conlutas, central à qual o ANDES-SN é filiado, e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) deliberaram pela participação na marcha.

“A expectativa é de termos uma grande manifestação nesta data, reunindo um

grande número de pessoas oriundas de diversos estados do país, através de caravanas do II ENE e dos servidores públicos federais (SPF), para lutar em defesa da educação pública, contra os ajustes e reformas que estão em curso e na construção de uma greve geral, que busque juntar todos os setores da classe trabalhadora os contra os ataques aos direitos dos trabalhadores”, destacou.

Ainda no dia 16 será realizada uma reunião ampliada dos servidores públicos federais, às 18h, no Hotel Imperial, em Brasília (DF) para avaliar a luta contra o PLP 257/16, a contrarreforma da previdência e demais ataques aos servidores e serviços públicos indicar ainda as próximas ações de mobilização dos servidores para o próximo período. Além das atividades no dia 16, o Fórum indicou a realização, durante esta semana (6 a 10) de atividades no Congresso Nacional com

objetivo de pressionar as lideranças dos partidos pela rejeição ao PLP 257/16. Na sexta-feira (10), serão realizadas manifestações nos estados contra o PLP 257/16.

# PRÓXIMA SEXTA É UM PASSO RUMO À GREVE GERAL



Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/proxima-sexta-e-um-passo-rumo-a-greve-geral-155f/>

Em encontros em Brasília, o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, falou a senadores e jornalistas sobre a construção da greve geral. CUT Nacional

Em diferentes encontros em Brasília, o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, falou a senadores e jornalistas sobre a construção da greve geral.

“Dia 10 é Dia Nacional De Mobilização, de luta em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, de construção, de aquecimento para uma greve geral que ainda não tem data marcada. As bandeiras desse dia serão ‘Fora, Temer’ e ‘nenhum direito a menos’. Como em outras mobilizações realizadas pela CUT e pelos movimentos sociais nos últimos meses, os trabalhadores podem atrasar a entrada, fazer assembleias, paralisar as atividades durante a manhã ou durante 24 horas, como a FUP (Federação Única dos Petroleiros) decidiu fazer e, no fim do dia, fazerem um grande ato em uma avenida ou praça pública das cidades.

A greve geral está sendo construída, mas só vai ocorrer quando o governo interino do vice-presidente interino Michel Temer encaminhar para o Congresso Nacional as medidas de retirada de direitos que vêm sendo anunciadas via imprensa.

A CUT está construindo uma greve geral com suas bases para lutar contra retrocessos, retirada de direitos, como da previdência social, da educação, da saúde, a mudança no regime do pré-sal, como Michel Temer, o golpista interino vem anunciando”, completou o presidente da CUT.

**Mobilização contra o Golpe e os ataques contra os direitos**

**NAS RUAS DE CACHOEIRA DIA 10, ÀS 8:30 - concentração no CAHL**

Os golpistas estão em alvoroço para aprovar o quanto antes o impeachment e consumir a queda de Dilma. O medo deles é porque a luta contra o golpe está se ampliando novamente. A cada dia acrescentam mais as manifestações, denúncias e mobilizações contra o governo golpista Temer.

O vazamento da gravação de conversas de Romero Jucá, ex-ministro golpista, e Sérgio Machado comprovou a articulação do judiciário, do legislativo, das forças armadas e da imprensa para retirar o mandato dado pelo povo para a presidente Dilma.

Os golpistas começaram atacando os trabalhadores. Estão previstas uma modificação constitucional para desvincular os gastos públicos, com saúde e educação, por exemplo, o que resultará em um corte drástico de recursos para serviços essenciais. Além disso, querem tirar o pré-sal do controle da Petrobras.

Todas as medidas são de ataques aos direitos da população e virão junto com a reforma da Previdência e trabalhista. O golpe também é contra a cultura e o desenvolvimento científico e tecnológico do País, querem acabar com a universidade pública como a UFRB.

Para derrotar a ponte da destruição das conquistas dos trabalhadores vamos mobilizar para derrotar o golpe e construir a ponte da resistência contra o golpe.

**Comitê CAHL contra o golpe, APUR, Levante da Juventude, UJS e entidades estudantis.**